



## Pacto Pela Vida

Em reunião entre várias entidades, o Ministério Público de Pernambuco se compromete a dar o máximo pelo sucesso do Pacto Pela Vida. **Pág. 3**

## Atividade policial

Corregedor-geral da SDS visita o MPPE e discute o controle externo com os promotores Guilherme Castro e Westei Conde. **Pág. 4**

## Combate ao nepotismo

Recomendação cita várias medidas a serem tomadas pela Prefeitura e Câmara de Vereadores de Itaipá. **Pág. 4**

## Combate à corrupção

Kits educativos produzidos pela Assessoria de Comunicação do MPPE chegam às escolas municipais como instrumentos de ensino. **Pág. 5**

## Educação

Secretaria de Educação do Recife deve garantir mais servidores para funções em educação especial a crianças com deficiência. **Pág. 7**

## Tutoriais

Comitê Gestor dos Sistemas da Atividade Fim atualizou e ampliou os tutoriais para o uso do PJe na intranet. **Pág. 10**

# Carnaval com responsabilidade e sem salários atrasados de servidores

*Defender o direito salarial dos servidores públicos municipais tem sido uma preocupação constante do MPPE. Diversas recomendações foram expedidas a prefeituras para que priorizem pagamentos*



Um dos exemplos é o município de Timbaúba. O MPPE recomendou a Ulisses Felinto Filho, prefeito da cidade, que se abstenha de realizar despesas com eventos festivos enquanto persistir a situação de atraso da folha salarial dos servidores do município, bem como de realizar contrato de serviço pessoal temporário ou concurso público com a finalidade de contratação pessoal, gerando aumento de despesas para os cofres públicos, salvo quanto aos serviços essenciais.

De acordo com o promotor de Justiça João Elias da Silva Filho, desde o mês de janeiro de 2015 o município de Timbaúba vem demonstrando dificuldade em quitar suas folhas de pagamento de pessoal nas datas previstas, motivando movimentos reivindicatórios, ações por parte do Ministério Público e providências judiciais. No entanto, nenhuma dessas

providências foi eficiente a ponto de corrigir a situação, e nem mesmo a mudança de gestão concretizou mudança do quadro de inadimplência salarial.

Belém de São Francisco também é outro município que foi alvo de recomendação. De acordo com a promotora de Justiça Evânia de Aguiar Pereira, chegou ao conhecimento do MPPE que, no período entre 24 a 28 de fevereiro de 2017, serão realizados shows no município, porém a folha de pagamento do mês de dezembro de 2016, da parte dos servidores efetivos e inativos do executivo municipal, se encontra em situação de atraso.

Caso sejam realizadas festas carnavalescas, a prefeitura deverá informar à promotoria de Justiça de Belém de São Francisco quanto à origem dos recursos empregados na estrutura festiva, com individualização dos paga-

mentos a serem feitos relativamente ao palco, banda, iluminação, som, segurança, banheiros químicos e demais prestadores de serviços da organização dos eventos, encaminhando os documentos comprobatórios, inclusive, contendo o número e cópia de eventual emenda parlamentar que repasse verba para realização dos eventos.

Os prefeitos de Camaragibe, Primavera e São João também receberam recomendações. O MPPE entende que, nos municípios com dificuldades financeiras e que sofrem com a carência de recursos públicos, impõe-se ao administrador público o dever de otimizar a alocação de recursos públicos na satisfação das necessidades mais prementes da população, haja vista o princípio de eficiência previsto no artigo 37, da Constituição Federal.

## Parceria

MPPE integra Comitê Gestor para doenças raras **Pág. 5**

## Reunião CNPG

PGJs debatem temas importantes para sociedade brasileira. **Pág. 9**

EDITORIAL

## Folia com responsabilidade

O Carnaval é uma expressão cultural das mais importantes e conhecidas dos pernambucanos. No entanto, o Ministério Público de Pernambuco entende que folia boa é folia onde o cidadão é respeitado. Assim, tem recomendado a vários órgãos públicos e prefeituras que garantam um Carnaval seguro, divertido e, sobretudo, sem prejudicar o pagamento dos servidores públicos.

Recomendações foram expedidas por promotores de Justiça, em alguns municípios, para que os prefeitos se eximam de realizar festejos sem estar com a folha de pagamento em dia. Desse modo, resguardar o direito dos servidores de receber seus salários.

O MPPE também tem se preocupado com o patrimônio público do Recife e espera que a Prefeitura da Capital e outras instituições cumpram seu dever de garantir a preservação de sítios históricos, prédios, esculturas e outros bens públicos.

Para agilizar a Justiça em crimes de menor potencial ofensivo, o Juizado do Folião chega à sua 10ª edição durante o desfile do Galo da Madrugada. A atuação conjunta de promotores de Justiça com juízes de Direito e defensores Públicos, nos polos Fórum Thomaz de Aquino e Estação Central do Metrô, das 13h às 22h, objetiva registrar bons resultados durante seu funcionamento. Tenham todos uma boa leitura!

A Redação

CAMARAGIBE

# Transtornos durante Carnaval

Em relação às festividades pré-carnavalescas, carnavalescas e pós-carnavalescas realizadas em vias e locais públicos do município de Camaragibe, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) expediu uma recomendação com o objetivo de garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, o que nos centros urbanos engloba a efetividade e qualidade da mobilidade, da acessibilidade e da segurança.

A recomendação é direcionada ao prefeito de Camaragibe, Demóstenes Meira, bem como à Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, à Diretoria de Controle Urbano e à Secretaria de Mobilidade e Segurança Cidadã do município, ao Corpo de Bombeiros Militar, ao Comando do 20º Batalhão da Polícia Militar (20ª BPM), à Secretaria de Defesa Social e à Fundação de Cultura de Pernambuco, ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e à Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe).

De acordo com a promotora de Justiça Nancy Tojal de Medeiros, o 20º BPM noticiou ao MPPE, mediante ofício, que em reunião realizada na prefeitura de Camaragibe para definir procedimentos, locais, horários e demais providências a serem adotadas para a segurança durante o carnaval, o comandante do Batalhão alertou sobre o momento crítico que vive a segurança pública em Pernambuco. Ele também ressaltou a falta de efetivo das corporações e informou que só teria condições de atender o evento de forma razoável até o horário limite das 0h.

O MPPE recomendou às enti-



Foto:AMCS

**Promotora Nancy Tojal de Medeiros recomenda organização na folia da cidade**

dades que se abstenham de licenciar quaisquer agremiações ou eventos no período pré-carnavalesco, carnavalesco e pós-carnavalesco que não apresentem os requisitos legais para sua realização, principalmente o que dispõe a Lei de Grandes Eventos (Lei Estadual nº14.133/2010). Também deverão ser observadas todas as determinações contidas na Lei de Uso e Ocupação do Solo de Camaragibe, para impedir práticas abusivas que venham a gerar poluição sonora, afetar a mobilidade urbana, a segurança, a integridade física da população, o patrimônio histórico-cultural, bem como deprestar o patrimônio público e privado.

As autoridades deverão condicionar o licenciamento de festividades ao longo de todo o período de carnaval à sua devida realização em lo-

cal plenamente adequado, inclusive no que se refere ao necessário e eficiente tratamento acústico, garantindo ainda a mobilidade, a segurança, a acessibilidade e a prevenção de abusos relacionados, direta ou indiretamente, ao evento. Também deverão ser aplicados, de imediato, todos os meios legais para coibir e responsabilizar aqueles que, tendo sido licenciados, extrapolem os limites legais das licenças concedidas.

Cada órgão, no seu âmbito de atuação, deverá tomar as devidas providências para que os eventos carnavalescos em Camaragibe sejam encerrados até o horário limite das 0h, devendo os equipamentos de som, tanto de trios elétricos como de blocos carnavalescos, ser desligados até as 23h30, restando 30 minutos para a dispersão do público.

## EXPEDIENTE

JORNAL PANORAMA  
Recife, 01 a 28 de fevereiro de 2017

Nº 86 – Edição digital

**Ministério Público de Pernambuco – Procurador-geral de Justiça** Francisco Dirceu Barros / **Subprocuradora-geral de Justiça em Assuntos Institucionais** Lúcia de Assis / **Subprocuradora-geral em As-**

**suntos Administrativos** Maria Helena da Fonseca Carvalho / **Subprocurador-geral em Assuntos Jurídicos** Clênio Valença Avelino de Andrade / **Corregedor-geral** Renato da Silva Filho / **Corregedor-geral substituto** Paulo Roberto Lapenda Figueira / **Ouvidor** Antonio Carlos de Oliveira Cavalcanti / **Secretário-geral** Alexandre Augusto Bezerra / **Chefe de gabinete** Paulo Augusto de Freitas Oliveira / **Coordenador de Gabinete** Petrucio José Luna de Aquino

/ **Assessora Ministerial de Comunicação Social** Evângela Andrade / **Jornalistas** Alana Moreira, Bruno Bastos, Izabela Cavalcanti, Miguel Rios e Rafael Sabóia / **Publicidade** Andréa Corradini e Leonardo MR Dourado / **Estagiários** Vinicius Maranhão e Luíza Ribeiro (Jornalismo) e Maria Eduarda Rocha (Publicidade) / **Apoio Administrativo** Bruna Vieira e Marli Cruz / **Repórter fotográfico** Stefano Cavalcanti / **JORNAL PANORAMA - Edição Mi-**

guel Rios / **Projeto Gráfico** Leonardo MR Dourado / **Diagramação** Aluísio Ricardo / **Produção Executiva** Evângela Andrade / **Fotos** AMCS.

*Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Pernambuco – Rua do Imperador Dom Pedro II, 473 – Edifício Promotor de Justiça Roberto Lyra – Santo Antônio, Recife, PE – CEP 50.010-240 – Fones (81) 3303 1259 / 1279 Fax (81) 3303 1260 – imprensa@mpe.mp.br*

POSSE SOLENE

# Mais próximo de instituições e da sociedade

Uma atuação integrada com os anseios da sociedade. Com esse objetivo, o procurador-geral de Justiça do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), Francisco Dirceu, prestou juramento solene perante o Colégio de Procuradores de Justiça na posse solene realizada no auditório Tabocas do Centro de Convenções de Pernambuco, em Olinda, em 3 de fevereiro. Barros será o chefe do MPPE ao longo do biênio 2017-2019.

“A relação do MPPE com a sociedade é de simbiose, uma relação intrinsecamente relevante. Por esse motivo, estamos orientando a todos que fazem a Instituição a trazer o Ministério Público de volta às suas origens, que é ser o guardião da sociedade”, afirmou o procurador-geral.

Durante a cerimônia de posse, Francisco Dirceu Barros ainda lembrou sua trajetória desde o início de sua carreira como promotor de Justiça do MPPE, em 1999, e disse que o biênio à frente do MPPE é “um novo ciclo que se inicia, com caminhos desafiadores, em prol dessa honrosa



Foto:AMCS

**Procurador-geral Francisco Dirceu toma posse com presença de autoridades e garante um MPPE integrado ao social Instituição”.**

Como medida administrativa para enfrentar a dificuldade financeira que o país atravessa, ele destacou que pretende apresentar, na próxima semana, um plano de contingenciamento que visa otimizar o uso dos recursos, a fim de permitir investimentos para enfrentar desafios como o déficit de promotores de Justiça, visto que o MPPE conta com aproximadamente 160 cargos vagos em

todo o Estado. “O MPPE deve ser ágil, resolutivo, preventivo, e o promotor de Justiça deve ser um agente social, cumprindo as atribuições relevantes que foram destinadas à Instituição pela Constituição de 1988”, complementou o procurador-geral.

A sessão solene de posse foi presidida pelo ex-procurador-geral de Justiça Carlos Guerra de Holanda, que destacou as ações de combate à corrupção e de

profissionalização da gestão desenvolvidas ao longo do biênio 2015-2017.

Por sua vez, o presidente da Associação do Ministério Público de Pernambuco, promotor de Justiça Roberto Brayner, desejou sucesso ao novo chefe do MPPE e pediu que ele mantenha a firmeza para agir em defesa do interesse público, o equilíbrio para combater os extremismos e a temperança em benefício de toda a sociedade.

GAECO E NIMPPE

## Enfrentamento a crimes

O procurador-geral de Justiça do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), Francisco Dirceu, visitou as instalações do Grupo da Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e do Núcleo de Inteligência (Nimpe), órgãos da Instituição que atuam na investigação e no combate ao crime organizado, em 7 de fevereiro, e foi recebido pelo promotor de Justiça Carlos Vitório, coordenador do Nimpe e pelo procurador de Justiça Ricardo Lapenda, coordenador do Gaeco. Na ocasião, os coordenadores dos dois órgãos apresentaram o fluxo de trabalho de suas equipes e como suas atuações em 2016 resultaram, entre

outros, no afastamento e prisão de prefeitos, secretários municipais e servidores de alguns municípios pernambucanos, acusados de infrações como lavagem de dinheiro, uso de documentos falsos, fraudes em licitações e crime organizado.

O procurador-geral de Justiça ratificou que uma das prioridades de sua gestão é a consolidação do poder de investigação do MPPE.

“Os dois órgãos são fundamentais no combate à criminalidade. Vamos nos estruturar internamente para fortalecer a logística, operacionalização e oferecer treinamento aos servidores”, comentou Francisco Dirceu.

PACTO PELA VIDA

## Instituições garantem aliança

Na reunião de análise do projeto Pacto pela Vida, do Governo de Pernambuco, referente ao mês de janeiro de 2017, o procurador-geral do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), Francisco Dirceu Barros, salientou que o Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (Gaeco) e o Centro de Apoio às Promotorias de Justiça Criminal (Caop Criminal), assim como todos promotores de Justiça e servidores ligados às Promotorias de Criminal do MPPE, continuarão se esforçando ao máximo para que os processos e investigações de crimes tenham um bom andamento e soluções a contento. A reunião ocorreu na Secretaria de Estado de

Planejamento e Gestão (Seplag), em 2 de fevereiro.

“Nós pretendemos participar diretamente e dar nossa colaboração. Já estudamos reestruturar o Caop Criminal e o Gaeco para que o MPPE contribua para o avanço do projeto Pacto pela Vida”, comentou o procurador-geral.

Ele lembrou que quando era promotor de Justiça no município de Exu, no Sertão, propôs a atuação em conjunto do MPPE, Polícia Militar e Polícia Civil para resolver os homicídios que ocorriam no município. “Reduzimos os números de 24 assassinatos por ano para dois”, recordou Francisco Dirceu Barros.

# Controle externo discutido em visita

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE), por meio das 35ª e 36ª Promotorias de Justiça da Capital com atuação no controle externo da atividade policial, recebeu a visita institucional do novo corregedor-geral da Secretaria de Defesa Social (SDS), Antônio de Pádua Vieira Cavalcanti, em 10 de fevereiro, na sede das Promotorias de Justiça da Capital.

O novo corregedor-geral da SDS, que é delegado federal há 14 anos, solicitou reunião para se apresentar aos dois promotores de Justiça criminais (35ª e 36ª), Guilherme Castro e Westei Conde, para tratar de procedimentos disciplinares da Polícia, bem como entender como funcionam as promotorias de Justiça e o fluxo, na busca por afinar os objetivos tanto da SDS como do MPPE. Antônio de Pádua assumiu o cargo no dia 16 de janeiro deste ano.

Para os referidos promotores de Justiça, a atuação do MPPE no controle externo da Polícia tem o compromisso de melhor servir a sociedade no direito à segurança pública de qualidade e ao mesmo

tempo sem deixar de reconhecer a necessária melhoria das condições de trabalho dos policiais e dos demais direitos humanos, dos quais também são titulares. “Entendemos que a Corregedoria-Geral da SDS é um repositório da cidadania, porta aberta para a sociedade ao desempenhar corretamente a sua atribuição”, pontuaram os promotores durante a reunião.

A atribuição institucional de exercício do controle externo da atividade policial está cometida ao Ministério Público pelo artigo 129, inciso VII, da Constituição Federal e artigo 4º, inciso X, da Lei Complementar Estadual nº12/2004.

No âmbito interno, a resolução do Colégio de Procuradores de Justiça do MPPE nº06/2016 disciplina, em seu artigo 2º, parágrafo §1º,

quais os órgãos do MPPE com atribuições, em caráter permanente, na execução das medidas aplicável à matéria. São eles: as 35ª e 36ª Promotorias de Justiça Criminais e 7ª e 8ª Promotorias de Justiça de Defesa da Cidadania, com atuação na Proteção aos Direitos Humanos. Essa atuação poderá ser feita de forma conjunta ou separadamente com as Promotorias de Justiça Criminal.



O corregedor-geral Antônio Vieira Cavalcanti foi recebido pelos promotores de Justiça Guilherme Castro e Westei Conde

## ITAÍBA

### Combate ao nepotismo

A prefeita de Itaíba, o presidente da Câmara de Vereadores e o presidente do Fundo Previdenciário de Itaíba (ITAÍBA-PREVI) devem adotar uma série de medidas para evitar a prática do nepotismo nos quadros funcionais do município. A recomendação expedida pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE) se estende aos demais agentes públicos que detenham a atribuição de nomear e exonerar ocupantes de cargos comissionados e funções de confiança na administração municipal direta e indireta.

Os gestores deverão abster-se de nomear como ocupantes de cargos comissionados ou funções de con-

fiança os cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau da autoridade nomeante e de agentes públicos investidos nas atribuições de chefia, direção e assessoramento, e promover, de imediato, as exonerações de quem estiver na situação.

As autoridades deverão abster-se de contratar diretamente, mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação, pessoa jurídica cujos sócios enquadrem-se nas condições de parentesco destacadas, devendo também rescindir os contratos que encaixem-se em tal situação. O mesmo é válido para a celebração, aditamento, manutenção ou prorrogação de prestação de serviço.

## ARCOVERDE

### Desvio de dinheiro na Câmara

O Juízo Criminal de Arcoverde recebeu denúncia ofertada pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE) em desfavor do ex-presidente da Câmara de Vereadores do município Miguel Leite de Siqueira e do ex-tesoureiro da Casa Ricardo Barbosa de Menezes, por apropriação e desvio de dinheiro público da referida Casa Legislativa, no período de abril de 2014 a março de 2015.

Segundo o promotor de Justiça Hugo Eugênio Ferreira Gouveia, no período indicado, o ex-tesoureiro inseria diárias indevidas, bem como modificava seu próprio salário e de outros funcionários em folha de pagamento e as operações financeiras

eram realizadas pelo presidente da Câmara de Vereadores, que resultaram na apropriação e desvio de dinheiro público por funcionários, causando o prejuízo de R\$ 336.665,11.

Constatou-se que o ex-tesoureiro foi nomeado para o referido cargo sem qualquer qualificação contábil-financeira e experiência profissional, mantendo amizade com o ex-presidente por se tratar de vizinhos. Destaca, ainda, que durante certo tempo, o então Presidente da Câmara de Vereadores repassou ao ex-tesoureiro sua senha pessoal e intransferível, transmitindo ao ex-tesoureiro a capacidade de realizar todas as movimentações financeiras da Casa Legislativa.

COMITÊ GESTOR

# Assistência a crianças com doenças raras

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) será uma das instituições integrantes do Comitê Gestor Interinstitucional para desenvolver políticas públicas voltadas ao acompanhamento de famílias com crianças com doenças e síndromes raras. A assinatura do compromisso ocorreu no Palácio do Campo das Princesas, em 10 de fevereiro, e contou com a presença e o apoio de autoridades do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), do Governo do Estado, da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), do Conselho Regional de Medicina de Pernambuco (Cremepe) e de órgãos da sociedade civil organizada. Os integrantes do convênio realizarão reuniões periódicas propositivas e de monitoramento das ações direcionadas a essas famílias, com o objetivo de discutir as dificuldades e desenvolver políticas públicas para resolvê-las.

Participarão do Comitê Gestor representantes da Secretaria de Saúde do Estado, da Secretaria Estadual da Mulher, do Cremepe, da Alepe, dos Centros Operacionais de Apoio às Promotorias de Saúde e Infância e Juventude do MPPE (Caops Saúde



Foto:AMCS

Convênio para formação do Comitê Gestor foi assinado pelos integrantes no Palácio do Campos das Princesas

e Infância e Juventude), da Defensoria Pública do Estado, da Aliança de Mães e Famílias Raras, e da Associação dos Familiares e Amigos dos Portadores de Doenças Neuromusculares.

A subprocuradora-geral de Assuntos Institucionais do MPPE, procuradora de Justiça Lúcia de Assis, representou o procurador-geral de Justiça no evento e reforçou que o MPPE

será sempre parceiro de iniciativas voltadas para o interesse das crianças e adolescentes. “Fazer parte desse Comitê Gestor é não só uma obrigação, é um compromisso que o Ministério Público aceita com um grande prazer”, comentou.

O coordenador do Caop Saúde, promotor de Justiça Édipo Soares, garantiu que o MPPE dará toda a atenção necessária para que a parceria seja

exitosa. “Essa união de forças gerará ideias e experiências concretas para tratar de um tema delicado e importante como o de crianças com doenças e síndromes raras. Faremos todo o possível para contribuir e somar”, pontuou ele. Além de Lúcia de Assis e Édipo Soares, também assinou o termo de compromisso o coordenador do Caop Infância e Juventude, promotor de Justiça Guilherme Lapenda.

ENSINO PÚBLICO

## Kits educativos nas escolas

Mais de 4 mil kits educativos da campanha institucional do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), *Corrupção. Tem jeito* foram entregues à Prefeitura do Recife em 9 de fevereiro. A campanha institucional do MPPE traz temas como o papel de cada cidadão no controle social, a criação de uma cultura de combate à corrupção, os efeitos da corrupção sobre os serviços públicos.

Esse material destinado à Secretaria de Educação do Recife é voltado para o público infantil e juvenil, para que o tema seja trabalhado em sala de aula pelos professores.

O kit educativo é composto por um jogo da memória, ilustrado pelo cartunista Samuca. No jogo da memória

*Corrupção. Tem jeito*, são apresentadas atitudes corruptas e honestas para reflexão. Também há um livro em quadrinhos, lustrado pelo cartunista Samuca, chamado *Um conto da Corruptlândia*.



CUSTÓDIA

## Transporte escolar regularizado

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) recomendou ao prefeito de Custódia, Emmanuel Fernandes de Freitas Gois (Manuca de Zé do Povo), a adoção de medidas para a regularização do transporte escolar dos alunos da rede municipal de ensino. O gestor deverá observar no planejamento, licitação e contratação de empresa para prestação do serviço de transporte escolar os termos do Termo de Ajuste de Gestão firmado na gestão anterior, pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE) e o município de Custódia.

De acordo com a promotora de Justiça Katarina de Brito Gouveia, o transporte em veículos inadequados coloca em risco a vida e a integridade de

crianças e adolescentes. O Código de Trânsito (Lei nº9.503/97) determina quais exigências devem ser aplicadas em relação ao transporte escolar, como a autorização para os veículos circularem nas vias, emitida pelo órgão de trânsito estadual; a pintura de faixa horizontal na cor amarela, com o letreiro ESCOLAR em preto; equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo; cintos de segurança em número igual à lotação; e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

O prefeito deverá verificar se os veículos para o transporte dos estudantes da rede municipal estão de acordo com o Código de Trânsito.

# Reforço contra o *Aedes aegypti*

Com o intuito de propor a manutenção do serviço de vigilância epidemiológica, que deve ser norteado pelo princípio da eficiência da administração pública, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) recomendou aos prefeitos e secretários de Saúde dos municípios de Afogados da Ingazeira, Brejinho, Carnaíba, Iguaracy, Ingazeira, Itapetim, Quixaba, Santa Terezinha, Sertânia, São José do Egito, Solidão, Tabira e Tuparetama, todos da 3ª Circunscrição Ministerial, uma série de medidas para o controle do vetor e manejo clínico da dengue, zika e chikungunya.

De acordo com os promotores de Justiça Lúcio Luiz de Almeida Neto (Afogados da Ingazeira e Iguaracy), Lorena de Medeiros Santos (Brejinho e Itapetim), Fabiana de Souza Silva Albuquerque (Carnaíba e Quixaba), Aurinilton Leão Carlos Sobrinho (Ingazeira, Santa Terezinha, São José do Egito e Tuparetama), Júlio César Cavalcanti Elihimas (Sertânia) e Manoela Poliana Eleutério de Souza (Solidão e Tabira), nos últimos anos as arboviroses em Pernambuco

têm apresentado altas taxas de incidência e elevado grau de letalidade nos casos graves das doenças. Além disso, é necessário estar atento à proliferação de casos de febre amarela, transmitida pelo mesmo vetor, com relatos de casos nos estados de Minas Gerais e Bahia.

Entre as medidas recomendadas está abster-se de reduzir a oferta de serviços de saúde de qualquer natureza, em especial das ações de controle ao vetor e manejo clínico da dengue, zika e chikungunya, aportando os recursos necessários à execução dessas ações. Os gestores também deverão fiscalizar e garantir o efetivo cumprimento, pelos médicos, do protocolo clínico para as doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*, fazendo a diferenciação e a notificação necessária, evitando fazer constar a informação genérica virose.

Os Planos Municipais de Enfrentamento às Doenças Transmitidas pelo *Aedes aegypti* deverão ser executados integralmente pelas gestões municipais, com a adoção de todas as medidas previstas para a redução



**Mosquito é uma dos grandes problemas de saúde pública em Pernambuco**

dos agravos, cumprindo-se as orientações constantes no Plano de Contingência Nacional para Epidemias da Dengue vigente, elaborado pelo Ministério da Saúde, no Plano de Enfrentamento das doenças transmitidas pelo *Aedes* 2016/2017, da Secretaria de Saúde de Pernambuco, e na Nota Informativa nº 01/2015 – COES MICROCEFALIAS – Emer-

gência de Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN.

Caso o município não possua um Plano Municipal de Enfrentamento às Doenças Transmitidas pelo *Aedes aegypti*, deverão ser adotadas as medidas emergenciais determinadas pelo Ministério da Saúde e Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco (SES-PE).

## IPOJUCA

### Identificação de veículos

O prefeito interino de Ipojuca, Ricardo José de Souza, recebeu recomendação do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) para que providencie a identificação, com o brasão de Ipojuca e os termos uso exclusivo em serviço, de todos os veículos do município, próprios e locados (terceirizados), remetendo a lista deles à Promotoria de Justiça da 16ª Zona Eleitoral de Ipojuca em até dez dias. O prefeito também deve enviar a lista dos motoristas e responsáveis pelos veículos, os locais onde são recolhidos nos finais de semana e feriados, e os dias sem expediente em que possam ser vistoriados.

De acordo com o promotor de Justiça Eleitoral Rinaldo Jorge da Silva, as

eleições suplementares para os cargos de prefeito e vice-prefeito de Ipojuca serão realizadas no dia 2 de abril de 2017, e cabe ao Ministério Público expedir recomendações visando combater a utilização de bens públicos em benefício de determinados candidatos e desviados das funções, podendo caracterizar abuso de poder político ou econômico.



**Promotor Rinaldo Jorge da Silva**

## DOENÇAS

### Discussão sobre arboviroses

O Ministério Público Federal em Pernambuco (MPF/PE) realizou audiência pública para discutir ações de combate à epidemia causada pelo zika vírus, assistência às pessoas infectadas, controle do mosquito *Aedes aegypti*, bem como políticas públicas voltadas às implicações neurológicas ocasionadas pela doença; e contou com a participação do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), através da promotora de Justiça de Defesa da Saúde da Capital, Helena Capela. O evento aconteceu no auditório da Procuradoria da República em Pernambuco (PRPE), no dia 10 de fevereiro.

A audiência Políticas públicas e

a epidemia do zika vírus é decorrente de procedimento administrativo instaurado pelo MPF para apurar o aumento dos casos de microcefalia no País, especialmente em Pernambuco.

O debate abordou questões relacionadas ao controle do mosquito vetor da doença, direito à informação, direitos reprodutivos, bem como assistência aos afetados e reabilitação. Foram ouvidos representantes de órgãos do poder público, da sociedade civil e demais cidadãos, especialmente mulheres contaminadas pelo vírus durante a gestação, tendo sido reservado o tempo de 50 minutos da audiência só para ouvi-las.

## EDUCAÇÃO

# Mais servidores para inclusão escolar

Com o objetivo de garantir a efetiva inclusão escolar de alunos com deficiência, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) recomendou ao secretário de Educação do Recife, Alexandre Rebelo, que proceda à nomeação de novos servidores, dentro do número de vagas existentes, para as funções próprias de professores com habilitação em educação especial e de Agentes de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial (AADEEs). Além de garantir o atendimento aos estudantes com deficiência atualmente matriculados na rede municipal de ensino, a recomendação visa evitar, em qualquer hipótese, a utilização de estagiários como mão de obra nas unidades de ensino, sem a necessária supervisão profissional.

De acordo com a promotora de Justiça Luciana Maciel Dantas Figueiredo, diversos procedimentos administrativos estão em tramitação para investigar a suposta utilização de estagiários em funções próprias de professores com habilitação em educação especial e de AADEEs. Os procedimentos

foram instaurados no âmbito da 26ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital, com atuação na Promoção e Defesa do Patrimônio Público (26ª PJDCC/PDPP), a partir de expedientes oriundos das PJDCCs com atuação na Defesa e Proteção do Direito Humano à Educação.

“Quando fizemos a fiscalização nas escolas, constatamos que esses alunos especiais estavam tendo aulas ministradas por estagiários, o que por si só já configura um desvio pedagógico. Também é de conhecimento do MPPE que o município do Recife dispõe de cargos para professores da educação especial e AADEEs, houve um concurso e existe uma lista de aprovados aguardando a nomeação. Em razão disso, e por estarmos no início do ano letivo, o Ministério Público está agindo, com o trabalho integrado entre as Promotorias de Defesa do Patrimônio Público e da Educação, para garantir que os alunos com deficiência tenham a atenção que merecem”, declarou a promotora Luciana Dantas.

No texto da recomendação, a



Foto:AMCS

## Promotora de Justiça Luciana Dantas está atenta aos serviços de educação

promotora de Justiça argumenta que o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), ao dispor sobre o direito à educação, elenca vários meios de que dispõe o poder público para assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar o sistema educacional inclusivo.

Conforme o artigo 27 do referido estatuto, “a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas.

## ABRAÇANDO A ESCOLA

# Debate com 14 municípios

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) realizou, em 2 de fevereiro, reunião com os secretários de Educação e representantes das gestões municipais de Bom Jardim, Pesqueira, Garanhuns, Vitória de Santo Antão, Recife, Surubim, Arcoverde e Carpina para debater os avanços do projeto institucional *Abraçando a Escola*, lançado em 2015 em parceria com o Poder Judiciário, Defensoria Pública, Secretarias de Defesa Social e de Educação do Estado e Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Pernambuco.

Durante o encontro, foram apresentados alguns dos temas abordados nas palestras promovidas pelo MPPE nas escolas públicas, como o papel da

sociedade na construção da cultura de paz; prevenção ao uso de drogas; racismo e o extermínio da juventude negra; violência contra os grupos vulneráveis; bullying, disciplina escolar e atos infracionais; enfrentamento à corrupção, dentre outros.

Segundo a Escola Superior do Ministério Público, 14 municípios já aderiram ao projeto *Abraçando a Escola* e a meta da Instituição é elevar esse número para 50 cidades. O projeto prevê a realização, a cada quinze dias, de palestras ministradas por autoridades públicas em um diálogo direto com os alunos, buscando estimulá-los a contribuir, através da educação, para o seu crescimento pessoal e como integrante da sociedade.

## ESCOLA TÉCNICA SEM REGISTRO

# Justiça suspende atividades

A Justiça acolheu parcialmente os pedidos do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) em ação civil pública e determinou a paralisação das atividades da Escola Técnica Residência Saúde, localizada no bairro Maurício de Nassau, em Caruaru, enquanto a instituição de ensino não obtiver a devida autorização ou credenciamento do Ministério da Educação (MEC).

A decisão judicial ainda contemplou outros pedidos do MPPE, como a proibição de matricular novos alunos, receber pagamentos e fazer propaganda de cursos e a restituição, aos estudantes do curso técnico de enfermagem, de todos os valores pagos a título de matrículas, mensalidades e demais despesas efetuadas pelos alunos.

Além das medidas determinadas

pelo Juízo da 5ª Vara Cível da Comarca de Caruaru, a promotora de Justiça Sílvia Oliveira pleiteou a condenação da instituição de ensino ao pagamento de danos morais aos alunos e danos morais coletivos, em razão da ofensa aos interesses da coletividade. No entanto, esses dois pedidos não foram contemplados pela decisão do juiz Elias Soares da Silva.



Foto:Freepik

# Serviço de suporte ao usuário do PJe

Após receber o feedback dos promotores e procuradores de Justiça, o Comitê Gestor dos Sistemas da Atividade Fim (CGSAF), do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), atualizou e ampliou os tutoriais para o uso do Processo Judicial Eletrônico (PJe) presentes na intranet ministerial. Além disso, foi realizado treinamento para capacitar o serviço de Help Desk da área de informática, a fim de proporcionar aos usuários um suporte completo no uso do sistema e do computador para acessar o PJe.

O conteúdo atualizado inclui dois novos tutoriais em formato digital (PDF): o Manual para atuação do procurador de Justiça como fiscal da Ordem Jurídica, voltado para orientar a atuação dos membros da segunda instância do MPPE, que estão utilizando o PJe desde o final do ano passado; e o Manual para audiência digital – download para membros do MPPE, que apresenta aos promotores de Justiça Criminais os procedimentos necessários para acessar os registros em vídeo que fazem parte dos autos em ações criminais.

Também foram atualizados os quatro tutoriais que já estavam disponíveis na intranet, sobre temas como a configuração do ambiente de acesso ao PJe, a atuação do promotor de Justiça como fiscal da Ordem Jurídica, a manipulação de arquivos no sistema do PJe e o Manual do autor da ação no PJe.

“Essa atuação decorre do aprendizado que tivemos ao receber informações dos membros do MPPE sobre as dificuldades que tiveram com a utilização do sistema. Na medida em que as dúvidas chegam, vamos buscando respondê-las e os tutoriais visam contemplar justamente aquelas perguntas mais frequentes”, explicou o representante do MPPE no Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico de Pernambuco (CGPJE/PE), promotor de Justiça Antônio Fernandes.

Os tutoriais estão acessíveis na intranet ministerial, na aba Arquivos > Baixar > PJe > Manuais PJe. O serviço do HelpDesk da CMTI pode ser acessado pela própria intranet ou pelo telefone (81) 3182.7300.



Foto: Freepik

## SUGESTÕES E CRÍTICAS

### Cronograma de visitas

A Procuradoria Geral de Justiça, por entender a necessidade de se aproximar das áreas e coordenações do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), designou a Secretaria Geral para realizar visitas administrativas a 63 setores da Instituição ao longo dos meses de fevereiro, março e abril. O cronograma com a lista dos setores foi publicado no Diário Oficial do dia 8 de fevereiro.

De acordo com o secretário-geral do MPPE, promotor de Justiça Alexandre Bezerra, o objetivo das visitas é ouvir sugestões e críticas dos membros e servidores que atuam em cada setor, de modo a diagnosticar as necessidades e providenciar respostas às demandas que forem apresentadas.

“Vamos empreender uma ação integrada com setores estratégicos, através de ferramentas tecnológicas e de comunicação, para resolver as pendências que encontrarmos”, detalhou o secretário-geral.



Foto: AMCS

Secretário-geral Alexandre Bezerra

## OFICINAS DE CONTRIBUIÇÃO

### Planejamento para 2017

Foi finalizada, em 20 de fevereiro, mais uma rodada de Oficinas de Paineis de Contribuição 2017 do Ministério Público de Pernambuco (MPPE). O objetivo das reuniões é revisar o resultado do painel passado, refazer pontos que não foram exitosos, manter os que foram, incluir novas ideias e construir novas diretrizes e projetos para 2017.

O secretário-geral, Alexandre Augusto Bezerra, pontuou a contribuição dos servidores para a construção de um MPPE forte, atuante e direcionado para os interesses da população pernambucana. “Temos o compromisso de criar e executar

um plano melhor que os outros passados. Sabemos que estamos em dificuldades. Mas a crise financeira não pode servir sempre de pretexto para não alcançar os resultados a que nos propusemos”, avaliou o secretário-geral.

Caberá à Secretaria Geral do MPPE monitorar e avaliar bimestralmente os painéis elaborados pelos servidores dentro de suas áreas. Para 2017, cada oficina analisou a metodologia e os resultados do ciclo 2013-2016, produziu e validou novos painéis, com base nas conclusões provenientes dos indicadores estatísticos e das experiências vividas.



# Projeto para Fundo de Modernização

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) apresentou, em 15 de fevereiro, ao presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), deputado Guilherme Uchoa, e aos representantes das comissões do Legislativo Estadual projeto de lei para a criação do Fundo de Desenvolvimento Institucional do MPPE (FDIMPPE). A instituição do referido fundo visa responder à necessidade do MPPE de prover alternativas para a captação de recursos extraorçamentários, de modo a permitir o desenvolvimento das ações institucionais, a exemplo do que já vem sendo feito por outras unidades do brasileiras do Ministério Público.

De acordo com o texto do projeto de lei, o FDIMPPE terá como finalidade atender às despesas do MPPE com a aquisição, construção, ampliação e reforma de imóveis pertencentes à Instituição ou a ela destinados; com a ampliação e modernização da Escola Superior do Ministério Público, a fim de promover a qualificação dos membros e servidores do MPPE; com a elaboração e execução de programas e projetos especiais nas áreas de atuação do MPPE; com a aquisição, modernização, adaptação e manutenção de materiais e equipamentos da Instituição; e



Foto: Freepik

com a ampliação e modernização dos serviços de informática e comunicação integrada dos órgãos que compõem o MPPE. Todos os bens adquiridos com recursos do fundo serão incorporados ao patrimônio da Instituição.

Com a criação do Fundo de Desenvolvimento Institucional, a expectativa é que o MPPE possa firmar convênios com financiadores nacionais e internacionais, prática que já tem sido adotada por outras unidades do MP,

como o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), o Ministério Público da Bahia (MPBA) e o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). Além dos convênios, também poderão ser repassadas ao FDIMPPE receitas provenientes de dotações do Orçamento Geral do Estado, recursos oriundos da alienação de equipamentos, veículos e outros materiais de propriedade do MPPE, multas contratuais, dentre outras.

Ainda segundo o projeto de lei, será criado um Conselho Deliberativo para administrar o Fundo. Esse grupo será composto por sete conselheiros: o Procurador-geral de Justiça (que também presidirá o órgão); o Secretário-geral do MPPE; o Diretor da Escola Superior; dois membros e dois servidores ativos do quadro, sendo os quatro últimos escolhidos pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça para mandatos de dois anos.

NAZARÉ DA MATA

## Assistência aos idosos

A criação de serviços especializados de assistência psicossocial e a capacitação dos agentes de saúde e cuidadores familiares para atender às necessidades das pessoas idosas foram as metas propostas em audiência pública promovida pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE) na cidade de Nazaré da Mata, em 14 de fevereiro. O encontro contou ainda com a participação de gestores públicos municipais, de integrantes do Conselho Estadual da Pessoa Idosa e da população local.

A importância da implantação de serviços como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializada de

Assistência Social (CREAS) e Centros de Atenção Psicossocial I (CAPS I) foi defendida pela promotora de Justiça Maria José Queiroz, que presidiu a audiência. Segundo ela, há procedimentos na Promotoria de Justiça de Nazaré da Mata que investigam a falta de uma política municipal de atendimento intersetorial para as pessoas idosas, especialmente no que diz respeito às redes de saúde e assistência social.

Maria José Queiroz afirmou que a audiência pública propôs soluções para a atual situação de Nazaré da Mata, que ainda não implantou medidas básicas de atendimento à pessoa idosa previstas na Política Nacional do Idoso.

PESQUEIRA

## Regularização de matadouro

O município de Pesqueira se comprometeu a ratificar as condições pactuadas quanto às medidas a serem implementadas para adequação técnica do matadouro público municipal às normas sanitárias vigentes, entre outros acordos, com a celebração do aditivo ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), de setembro de 2016, perante o Ministério Público de Pernambuco (MPPE). O termo aditivo foi firmado em 9 de fevereiro pela nova prefeita de Pesqueira, Maria José Castro Tenório.

De acordo com as promotoras de Justiça Jeanne Bezerra Silva Oliveira e Andréa Magalhães Porto Oliveira,

titulares das 1ª e 2ª Promotorias de Justiça com atribuições na Defesa da Cidadania, Saúde e Consumidor de Pesqueira, foi instaurado um inquérito civil conjunto nº005/2016, com a finalidade de apurar irregularidades no matadouro público de Pesqueira.

No dia 19 de setembro de 2016, o local foi inspecionado pela Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco (Adagro), o que resultou na constatação de diversas infrações às normas sanitárias vigentes e na interdição do estabelecimento. Com a assinatura do termo, o município de Pesqueira admite a procedência das avaliações da Adagro.

# Sistema prisional é tema no CNPG

A situação dos presídios nos estados brasileiros foi um dos temas debatidos em reunião ordinária do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais, em 15 de fevereiro. Durante o encontro, que ocorreu na sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), em Brasília, a promotora de Justiça da Promotoria de Execuções Penais do MPDFT, Cleonice Varalda, propôs a criação de um grupo de trabalho para discutir a questão em âmbito nacional e institucional. “A ideia é criar um espaço propício para dividir experiências, traçar diagnósticos e estabelecer parcerias no estudo dessa questão que perpassa direitos humanos, crime organizado e aplicação de verbas federais e estaduais”, explicou a promotora.

Para o procurador-geral de Justiça do DF e Territórios, Leonardo Bessa, o sistema penitenciário no Brasil demanda olhar atento do Ministério Público. “Trata-se de uma questão que está latente há muito tempo. O MPDFT tem feito um importante trabalho preventivo nessa questão,



Procurador-geral Francisco Dirceu entrega a Medalha de Honra ao Mérito ao ex-procurador-geral Carlos Guerra

que deve ser discutida de forma mais ampla com os demais entes do Ministério Público brasileiro”, destacou. A proposta será analisada na próxima reunião do CNPG.

Leonardo Bessa aproveitou a ocasião também para convidar os procuradores-gerais e os membros que atuam na questão ambiental para a rodada de discussões preliminares ao Fórum Mundial da Água, previsto

para março de 2018. Em junho deste ano, o tema será debatido durante evento que terá a participação da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa) e especialistas na área.

Ainda durante a reunião, conduzida pelo presidente do CNPG, Rinaldo Reis, foram abordadas questões relacionadas a projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, que

afetam o Ministério Público. Em destaque, a proposta de emenda à Constituição responsável por reformar a Previdência Social.

A Medalha de Honra do CNPG foi entregue aos ex-procuradores-gerais de Justiça Carlos André e Carlos Guerra de Holanda, dos ministérios públicos dos Estados de Minas Gerais e Pernambuco, respectivamente.

## RESOLUÇÃO CNMP

### Política de Segurança

Foi publicada em 14 de fevereiro, no Diário Eletrônico do Conselho Nacional do Ministério Público (DECNMP), a Resolução CNMP nº 156/2017, que institui a Política de Segurança Institucional (PSI/MP) e o Sistema Nacional de Segurança Institucional do Ministério Público (SNS/MP).

A resolução é fruto de proposta aprovada no dia 13 de dezembro de 2016, durante a 24ª Sessão Ordinária do Conselho. A proposição foi apresentada pelo presidente do CNMP, Rodrigo Janot, e relatada pelo então conselheiro Jeferson Coelho, cujo mandato se encerrou em agosto de 2015. Em seguida, a redistribuição do processo passou à re-

latoria do conselheiro Otavio Brito. Após pedido de vista, o conselheiro Fábio Stica apresentou adequações ao texto.

A finalidade da Política de Segurança Institucional e do Sistema Nacional de Segurança é integrar as ações de planejamento e execução das atividades de segurança institucional no MP, bem como garantir o pleno exercício de suas atividades.

A PSI/MP constitui as diretrizes que orientarão a tomada de decisões, elaboração de normas, processos, práticas, procedimentos e técnicas de segurança institucional no âmbito do Ministério Público.

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

### Audiências públicas facilitadas

O Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) aprovou, por unanimidade, a proposta de resolução que desburocratiza as exigências formais para realização de audiências públicas e estimula a utilização deste instrumento de diálogo com a sociedade, para aproximar o MP dos cidadãos cujos direitos tem por dever proteger. A aprovação aconteceu em 13 de fevereiro, durante a 3ª Sessão Ordinária de 2017.

O texto aprovado, cujo relator foi o conselheiro Orlando Rochadel, altera a Resolução CNMP nº 82/2012, que dispõe sobre as

audiências públicas no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados. O autor da proposta de resolução, que recebeu emendas do relator, foi o conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega.



Conselheiro Orlando Rochadel

# COMPROMISSO COM A CIDADANIA

Nós que fazemos o Ministério Público de Pernambuco temos um compromisso com a cidadania. Para promover a justiça social, nossos servidores, promotores e procuradores de Justiça atuam em diversas áreas como saúde, educação, no combate à violência e à corrupção, em defesa da infância, juventude e das pessoas idosas.

Acompanhe o trabalho do MPPE e saiba como atuamos todos os dias para que os direitos da população sejam respeitados.

[www.mppe.mp.br](http://www.mppe.mp.br)

 [mppeoficial](#)

 [@mppe\\_noticias](#)

MP  PE

Ministério Público de Pernambuco  
COMPROMISSO COM A CIDADANIA

BRASIL